

Anais da Assembléia

CURITIBA, 2 E 3 DE OUTUBRO DE 1974

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7ª LEGISLATURA — 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quêlse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacif — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Eicy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacif — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Coulo de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aginaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quêlse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aginaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lúcio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aginaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quêlse Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 15 de abril de 1974.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 167.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 2 de outubro de 1974 - (Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Gilberto Carvalho e Marciano Baraniuk.

As 14 00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Jorge Sato — David Federmann — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quilse Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão (32); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Basílio Zanusso — Fabiano Braga Côrtes — Gabriel Manoel — Iris Caldart — João Fadel — Luiz Roberto Soares — Rosário Pitelli — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 32 Srs. Deputados.
Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 182/74 Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 255/74, de autoria do Deputado Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública o Grêmio Estudantil Técnico Comercial — GETEC, com sede na cidade de Rio Negro. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. **EM REGIME DE URGÊNCIA**. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 3, às 9,30 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 168.ª Sessão Ordinária
Realizada em 2 de outubro de 1974 - (Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Haroldo Bianchi e Marciano Baraniuk.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Jorge Sato — David Federmann — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quilse Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão (32); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Basílio Zanusso — Fabiano Braga Côrtes — Gabriel Manoel — Iris Caldart — João Fadel — Luiz Roberto Soares — Rosário Pitelli — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Igo Losso, solicitando inclusão na Ordem do dia para o Projeto de Lei n.º 276/73, que se encontra em Regime de Urgência.

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando dispensa de publicação da Redação Final, para os Projetos de Lei nrs. 233/68, 47, 64, 91, 115, 116/74.

Requerimento

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, na forma regimental Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 94/74, que declara de Utilidade Pública a Comunidade Evangélica Luterana Santíssima Trindade, com sede nesta Capital, tendo em vista o fato de que o mesmo se encontra, injustificadamente, retido em Comissão da Casa.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1974.
(a) Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer a inserção nos Anais da Casa, de voto de louvor e regozijo pela eleição do Doutor Alvir Riesemberg, para membro da Academia Paranaense de Letras.

Ilustre médico e historiador, ex-Deputado a esta Assembléia, Constituinte de 1946, essa eleição do Doutor Alvir Riesemberg é altamente gratificante para este Poder e para o subscritor do presente que tem a honra de ser seu contemporâneo.

Solicita, ainda, que da aprovação deste seja dado conhecimento ao homenageado.

Sala das Sessões em 2 de outubro de 1974.

(a) Luiz Roberto Soares

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando das atribuições conferidas aos Parlamentares, Requer, após a anuência do Douto Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de aplauso à Federação Paranaense de Futebol de Salão que está promovendo, com grande sucesso, a 2.ª Taça Paraná de Futebol de Salão. A promoção reúne 21 Clubes de 16 cidades do Estado e é realidade sem qualquer auxílio público isto é, patrocinada em toda a sua efetivação pela entidade máxima do futebol de salão do Paraná. Este esporte é hoje um dos que mais motivam nossa juventude. Nota-se um excepcional interesse dos atletas para competirem, igualmente ocorrendo com o público.

Esta Assembléia Legislativa não pode ficar alheia a mais esta entusiástica realização da Federação Paranaense de Futebol de Salão. Solicitamos que da decisão da Casa seja dada ciência ao Senhor Jorge Kudri, Presidente dessa entidade, com os votos de promoções constantes para valorizar o relegado esporte amador do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1974.

(a) Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Senhor Diretor Presidente da COFEL no sentido de que aquela autoridade determine providências, com a finalidade de estender energia elétrica no povoado de Porto Almeida, localizado no Município de União da Vitória.

Contando com mais de 20 consumidores, já se resente este povoado da necessidade de tal benefício, haja vista ser meta prioritária do Governo de dar ao homem que se encontra afastado dos grandes centros, melhores condições de vida.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1974.

(a) Domicio Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Viação e Obras Públicas, apelo no sentido de que aquela autoridade estadual providencie, com urgência, reformas que se fazem necessárias no prédio onde funciona a Escola Estadual, na localidade de Concórdia, Município de Cruz Machado.

Está o referido prédio há muito tempo sem receber qualquer reparo, se encontrando, presentemente suas instalações em precaríssimas condições, dificultando, de certo modo, o bom andamento dos trabalhos escolares.

Um pronto atendimento, por parte daquela Secretaria, ao fato, evitaria dissabores futuros e evitar-se-ia uma solução de continuidade naquele estabelecimento escolar.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1974.

(a) Domicio Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Viação e Obras Públicas, no sentido de que aquela autoridade estadual determine providências, para que sejam procedidos urgentes reparos que se fazem necessários, no prédio onde funciona a Escola Estadual localizada em Vila Zulmira, Município de União da Vitória.

Construção antiga está até o presente momento, sem receber reparos de espécie alguma, evidenciando-se suas precaríssimas condições, prejudicando desta forma, o bom andamento dos trabalhos escolares.

Sala das Sessões em 2 de outubro de 1974.

(a) Domicio Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja endereçado ao Sr. Mário Henrique Simonsen Ministro da Fazenda, a seguinte correspondência:

Senhor Ministro:

As dificuldades que, no momento, atingem a atividade madeireira, são das mais sérias. O recesso de mercado e a restrição de crédito constituem pesados fardos que a classe madeireira, somente à custa de grandes sacrifícios, vem conseguindo suportar.

Idaívia, além das danosas consequências à economia de regiões que ainda têm na madeira uma de suas principais atividades, o prolongado recesso já começa a determinar, como medida de sobrevivência para as firmas madeireiras, a dispensa, em massa, de pessoal.

Graves, todos sabemos, serão as consequências sociais advindas da medida, ficando milhares de famílias sem condições de subsistências.

Por esta razão, estamos apelando a Vossa Excelência no sentido de que sejam utilizados os melhores esforços objetivando encontrar breve solução para o impasse, solução que propicie a franca comercialização da madeira.

Requer, outrossim, que cópias da presente correspondência sejam remetidas ao Senhor Ministro do Trabalho, Banco do Brasil S.A. — Direção Geral e ao Presidente da Federação das Indústrias do Paraná.

Sala das Sessões em 2 de outubro de 1974.

(a) Sebastião Rodrigues Júnior

Requerimento

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado Apelo a Sua Excelência Doutor Emílio H. Gomes digníssimo Governador do Estado do Paraná, no sentido de que seja determinado ao Departamento de Estradas de Rodagem — DER — a pronta recuperação asfáltica da Rodovia que liga Londrina a Maringá, exatamente no trecho em que ela adentra o perímetro urbano da cidade de Cambé.

JUSTIFICATIVAS:

Talvez pelo fato do trecho dessa Rodovia, que se encontra em condições precaríssimas, estar localizado justamente dentro do perímetro urbano da cidade de Cambé, chegue a pensar-se que é da competência do Município a sua recuperação. Ressaltamos, ainda, que o asfalto é tão ruim nesse trecho que todo o tráfego, uma média de 18.000 veículos diariamente inclusive caminhões de transporte, pesadíssimos, transitam em alta velocidade por outras ruas da cidade, colocando em risco a vida de seus habitantes, a fim de desviarem da estrada por onde, normalmente, deveria escoar todo o movimento.

Sala das Sessões, em 2 de outubro de 1974.

(a) Lázaro Dumont

Requerimento

Senhor Presidente.

Invocando dispositivo constitucional que obriga apreciação no prazo máximo de 45 dias, o Senhor Governador do Estado enviou a esta Casa anteprojeto de lei, capeado pela mensagem n.º 62/74, propondo a constituição e organização da Paraná Radiodifusão S.A., empresa que teria a competência de promover a implantação da rede oficial de telecomunicação do Estado.

Analisando sem profundidade a matéria, pode-se constatar erros grosseiros de forma e conteúdo. Mesmo sem abordar a conveniência, vários aspectos obrigariam a rejeição da lei proposta, por conflitar com os regulamentos federais que regem as telecomunicações brasileiras. Trata-se de lamentável ocorrência, revelando uma deficiência de assessoria do Executivo no setor de telecomunicações, porquanto o texto incorpora falsas informações para chegar a propostas ilegais. Como se trata de matéria nova, e com importância digna de interesse nacional, tais erros poderão repercutir deixando o Estado em posição ridícula.

Sem maior profundidade, passamos a enumerar alguns itens dentre os que obrigariam pareceres contrários da Comissão de Legislação e Justiça, para, ao final, propor a devolução do processo ao Executivo, dando-lhe oportunidade de voltar em termos mais corretos se achar conveniente. Sobre o mérito, alinhavamos também as duas últimas considerações, acreditando que o próprio Executivo se convença da inoportunidade de interferir em setor que já está sob tutela de organismos federais.

1. O primeiro erro da Mensagem é de informação e diz respeito aos sistemas de repetição de televisão. Afirma que "a Portaria n.º 139, de 9 de março de 1973, do Senhor Ministro das Comunicações (...) concedeu prazo de dois anos para a adaptação dos enlaces de repetidoras e serviços de retransmissão local, atualmente existentes. Dada a precariedade e deficiências técnicas da grande maioria dos sistemas de repetição em funcionamento, não têm os mesmos condições de se adaptarem, o que importará em sua retirada ao final do prazo concedido, ou seja, em março de 1975".

O descuido com que o assunto foi abordado transparece até na fixação de data. O prazo previsto pela Portaria n.º 139 expira em abril, não em março de 1975, visto que a vigência conta-se da publicação, ocorrida dia 24 de abril de 1973. Mas a informação absolutamente inverídica está em dizer que os sistemas não adaptados sairão do ar em 1975. O prazo concedido não é para renovação dos sistemas de repetição, mas para apresentação de projetos ao DENTEL. Uma vez aprovados estes, haverá prazo de mais dois anos para execução, mantendo-se o atual sistema. Ao que consta a maioria das Prefeituras e as estações geradoras de televisão preocupam-se com o assunto desde a publicação da Portaria n.º 139, e têm prontos vários projetos, chegando o alerta do Governo do Estado com um atraso de dezoito meses.

2. A grande incongruência da lei proposta, porém, está na natureza jurídica da empresa a ser criada. O nome, Paraná Radiodifusão S.A., identifica uma organização em sociedade anônima onde os acionistas seriam o próprio Estado e os Municípios. Por lei, as sociedades anônimas estão impedidas de executar serviço de radiodifusão ou mesmo de subscrever cotas em empresas que o façam.

O Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967, enumera como únicos permissionários a executar serviço de radiodifusão: a União, Estados, Territórios ou Municípios, universidades brasileiras, fundações e as sociedades nacionais por ações nominativas, cujos estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações. A sociedade anônima não só é omitida. O parágrafo do Art. 4.º do mencionado decreto proíbe que pessoas jurídicas de outra natureza, como o são as sociedades anônimas, sequer participem das sociedades nacionais ligadas à radiodifusão:

"Nem pessoas jurídicas, excetuados os partidos políticos, nem estrangeiros, poderão ser sócios ou participar de sociedades que executem serviço de radiodifusão, nem exercer sobre ela qualquer tipo de controle direto ou indireto".

3. Decorre, ainda dessa organização em sociedade anônima, a terceira grande falha do anteprojeto. Pela Lei das Sociedades por Ações, ou seja, o Decreto-Lei n.º 26, de 26 de outubro de 1940, só pode ser objeto de sociedade anônima ou companhia "qualquer empresa de fim lucrativo", e qualquer que seja esse objeto ela será "mercantil e rege-se pelas leis e usos do comércio".

Logo, não é possível uma sociedade anônima que não vise lucro. e este é vedado na exploração de retransmissão de televisão de sinais de televisão. A jurisprudência do DENTEL determina que seja gratuita. E o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (Decreto 52.795, de 31-10-73) diz explicitamente que a retransmissão será sempre não remunerada. A pretendida cobrança de tarifas ou taxas seria absolutamente ilegal, como de qualquer quantia, a qualquer título, do público telespectador.

4. Comprovadas as falhas legais e a desinformação, abordamos agora já a executibilidade para levantar questões que, uma vez formuladas, podem demover o Governo de imiscuir-se num setor onde está tão mal assessorado. Aprovada a lei, não fossem as deficiências legais suscitadas, criar-se-ia a empresa, ou fundação, ou outra organização qualquer. Teria ela tempo para organizar-se e elaborar os projetos abrangendo a retransmissão, em todo Estado, até 24 de abril, quando Prefeituras e a rede privada trabalham em seus próprios planos há dezoito meses e alguns ainda não concluíram o estudo? Outra hipótese: instituída a empresa do Estado, Prefeituras e emissoras abandonariam planos privados e municipais. Não podendo então a organização estreitamente cumprir o prazo de lei, ocorreria, agora sim, o colapso das telecomunicações no Estado.

5. Ainda no quadro da conveniência, está a omissão do anteprojeto em encaminhar qualquer esboço de Regulamento que dê ideia sobre a estrutura da organização, número de cargos, remuneração de diretoria. Aprovar medida assim, aleatória, seria ato temerário e inconsequente.

6. Finalmente: em reiteradas entrevistas o Senhor Ministro das Comunicações tem reafirmado a intenção do Governo Federal de não estatizar qualquer setor ligado à radiodifusão. Por que, então, o Paraná, expondo-se a críticas, onerando orçamentos municipais e estadual, pretende intervir num setor que se expande normalmente e é satisfatório, já subordinado a intensa ação fiscalizatória e normativa da União?

Nestas condições, expostos apenas alguns dos aspectos de ilegalidade e inconveniência, o Deputado que adiante subscreve, no uso de atribuições regimentais e na defesa do interesse público, REQUER à Mesa seja o processo devolvido ao Executivo, ao menos para reformulação jurídica, para que volte em condições de ser apreciado, se assim achar conveniente.

REQUER, ainda, seja encaminhado apelo ao Senhor Governador para que, na hipótese de fazer o processo ser reformulado e reapresentado, desista das prerrogativas do Artigo 25 da Constituição Estadual, permitindo, assim, que esta Assembleia debata com liberdade e cuidado assunto que certamente irá gerar controvérsias de repercussão nacional.

Sala das Sessões, 2 de outubro de 1974.

(a) Erondy Silvério

PROJOTOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 157/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública, o 1.º de Maio Esporte Clube, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de outubro de 1974.

(a) Antônio Costa

JUSTIFICATIVA:

C 1.º de Maio Esporte Clube, fundado em maio de 1967 é composto de um número ilimitado de sócios, aonde não se faz distinção de nacionalidade, culto ou sexo.

Tem por fim proporcionar a difusão do civismo e cultura física, podendo também realizar reuniões de caráter social e cultural.

Projeto de Lei n.º 158/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar de "Governador Bento Munhoz da Rocha Neto", a Rodovia que liga Pato Branco a Francisco Beltrão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de outubro de 1974.

(a) Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA

Antecedendo-me a inauguração da importante rodovia que ligará Pato Branco a Francisco Beltrão com a devida venia de Vossas Excelências, quero ter a honra de propor, por ser de inteira justiça, seja aquela artéria um marco de lembrança a um grande paranaense que tanto honrou esta Casa, o Estado e o Brasil.

Retiro-me ao professor BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO, que, entre outros méritos durante a sua gestão, em frente do Poder Executivo do Estado do Paraná e como destacado parlamentar, lutou pela integração política e social do nosso Estado e se, hoje contamos com esta harmoniosa união de todos os paranaenses, do Norte, do Oeste, do Sul e do Leste, integrados, geográfica e socialmente, todos o sabem, é porque, em grande parte, esta foi uma das metas da sua carreira política.

C Estado do Paraná é muito jovem, e como todo o menino sofreu as crises do crescimento acelerado. Recebeu, generosamente, em escala jamais vista, multidoes variegadas de todos os quadrantes do Brasil e do mundo, o que trouxe, como consequência natural, nos primeiros tempos, a formação teherogênea de coletividades agrupadas em micro-regiões, cada qual com seus problemas, reivindicações e espírito próprio, tendentes a provocar uma desunião prejudicial aos interesses e ao futuro do Estado, do ponto de vista político e administrativo.

Ninguém pode hoje esquecer as memoráveis campanhas do Professor BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO, no Norte e no Oeste, no sentido de obter a unificação da família paranaense, o que, creio, conseguiu de modo definitivo. Hoje o Paraná é uma família unida que marcha unida para o seu grandioso destino.

Entretanto, no que tange ao sudoeste, o trabalho corajoso, inteligente, tenaz e bem sucedido de Bento Munhoz da Rocha Neto lavrou um marco histórico, porque foi, graças a ele que o Paraná conservou como seu uma apreciável parcela do seu território, cuja desagregação como território do Iguaçu, não só não se justifica, como acarretaria um duplo e impatriótico prejuízo, tanto para o nosso Estado, como para a operosa coletividade que desbravou a região.

Eis porque me julgo no dever de lembrar o nome do Professor BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO, para aquela rodovia, pois, creio, a homenagem será e assim o são as verdadeiras homenagens, uma prova de gratidão dos paranaenses, da mesma forma que a rodovia foi e é uma justa reivindicação cumprida pelo Governo do Estado.

PROJETO DE LEI N.º 159/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública a Comunidade Estigmatina de Curitiba, integrante da Associação dos Estigmatinos Para Educação e Instrução Popular.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de outubro de 1974.

(a) — Lázaro Dumont

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública reúne todos os requisitos exigidos pela legislação específica, para merecer tal reconhecimento, como se pode verificar do anexo Estatuto.

PROJETO DE LEI N.º 160/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública a Sociedade de Assistência Social e Beneficente de Ivaiporã.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Saia das Sessões, em 2 de outubro de 1974.

(a) — Lázaro Dumont

JUSTIFICATIVA:

O Estatuto anexo demonstra claramente que a entidade em questão reúne todos os requisitos exigidos pela Legislação em vigor, para o reconhecimento de Utilidade Pública.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O motivo de nossa presença aqui na Tribuna no dia de hoje é o que já inclusive foi dito pela Mesa, um apelo ao Sr. Governador do Estado do Paraná, para que determine ao D.E.R. a recuperação do trecho asfáltico na Rodovia 369, dentro da cidade de Cambé aquele trecho que o próprio DER diz ser de exclusiva competência da Prefeitura Municipal sua recuperação, sua conservação, mas se levarmos em conta o número de veículos, pois o trecho da Rodovia é dos mais movimentados do Paraná e deste País. São dados do próprio DER, aproximadamente 18 mil veículos transitam por este trecho de asfalto e a maioria destes veículos são de grande porte. Ônibus e caminhões de transportes. Então, aquela cidade se vê numa de suas ruas, se vê constantemente transitada por grandes veículos, inclusive a própria Prefeitura não tem recursos para fazer uma recuperação de grande porte naquela rodovia e para isto estou encaminhando ao Sr. Governador do Estado solicitação para que determine ao DER não só a colocação de uma camada de asfalto em Cambé mas que faça a recuperação total, pois este trecho de asfalto da Rodovia Londrina-Maringá, por incrível que pareça, estando dentro do perímetro urbano da cidade de Cambé, é o pior trecho da Rodovia, são 120 quilômetros que liga Londrina a Maringá. É tão ruim este trecho hoje que os veículos preferem transitar pelo centro da cidade de Cambé, trazendo graves prejuízos ao próprio Município, pois, além desta rua que está totalmente estragada pela grande movimentação de veículos, também estão estragando agora as grandes ruas centrais da cidade de Cambé.

Outro assunto que gostaríamos de comunicar a esta Casa é que há algum tempo atrás fizemos uma reivindicação já também feita por outro Deputado desta Casa, para que solucionassem os problemas de terra deste Estado, e ainda esta semana recebemos um telex assinado pelo Dr. Vieira da Silva, Presidente do Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária que vamos passar a ler, e que está dirigido ao Deputado Lázaro Dumont.

(Lê dois telex enviados pelo Instituto de Colonização de Reforma Agrária). Sr. Presidente, Srs. Deputados, esperamos que com estes recursos, o INCRA possa resolver definitivamente um dos maiores problemas que afligem o nosso Estado, que foi uma briga, um conflito permanente, inclusive, causando a morte de muitos chefes de famílias em diversas áreas do Estado do Paraná.

É com satisfação que recebemos este telex do Sr. Presidente do INCRA, e queremos registrar aqui o nosso prazer em ver que medidas saneadoras estão sendo tomadas de vez, agora, pelo Instituto de Colonização de Reforma Agrária para a solução dos problemas de terras de nosso Estado, muito obrigado — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Junior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Sr. Presidente, Srs. Deputados. São vários os setores da produção do Paraná que sentem, que passam por uma crise no momento. Crise determinada por vários e diversos motivos. Os principais decorrem do recasso de crédito.

Um dos principais setores atingidos é o setor da madeira, da indústria madeireira. Represento nesta Casa uma região que tem na madeira um dos fundamentos básicos de sua economia. Daí a razão, Sr. Presidente, pela qual ocupo a Tribuna na tarde de hoje, para submeter à apreciação da Casa um Requerimento dirigido a S. Exa. o Sr. Ministro da Fazenda, constante dos seguintes termos:

(Lendo): "Sr. Ministro, as dificuldades que, no momento, atingem a atividade madeireira, são das mais sérias. O recasso de mercado e a restrição do crédito constituem pesados fardos que a classe madeireira, somente à custa de grandes sacrifícios, vem conseguindo suportar.

Todavia, além das danosas consequências à economia de regiões que ainda tem na madeira uma de suas principais atividades, o prolongado recasso já começa a determinar, como medida de sobrevivência para as firmas madeireiras, a dispensa, em massa de pessoal.

Graves, todos sabemos, serão as consequências sociais advindas da medida, ficando milhares de famílias sem condições de subsistência.

Por esta razão, estamos apelando a Vossa Excelência no sentido de que sejam utilizados os melhores esforços objetivando encontrar breve solução para o impasse, solução que propicie a franca comercialização da madeira".

Esta minha proposição, segunda outras que já foram tomadas pelo Sindicato dos Madeireiros, pelo Prefeito de Guarapuava, Nivaldo Krüger, ele mesmo madeireiro, Guarapuava também setor madeireiro de grande expressão no Paraná. Preocupa-nos, sobretudo, a consequência social da crise, porque ela traz implicações das mais sérias, determinando o desemprego em massa. Famílias ao abandono, é a pior das consequências, além do natural prejuízo a uma das atividades que mais carregam riquezas para o Estado do Paraná.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esperamos obter da Casa o apoio a esse nosso Requerimento, para que seja ele endereçado ao Sr. Ministro da Fazenda, pedindo a S. Exa. providências no sentido de se encontrar, em breve espaço de tempo, um final para a crise madeireira. Esta a nossa proposição. Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Quielise Crisóstomo da Silva.

O SR. QUIELISE CRISÓSTOMO DA SILVA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O motivo que nos traz à Tribuna na tarde de hoje, deve ser até mesmo de expectativa nesta Casa e na opinião pública paranaense. Fassei de sanitarista, que sou, que fui e serei, ou homem de profilaxia, para o Deputado da meningite. Para quem não conhece as técnicas de profilaxia, significam quase a mesma coisa. De modo que ainda não me sinto assim tão profundamente atingido, porque entre "homem que evita doenças", "técnico em profilaxia" e "Deputado da vacina" há uma diferença muito pequena.

Concluído, agradeço as promoções mas não as mereço da forma como tem sido feitas. E para que os Srs. Deputados e o povo do Paraná possam fazer um julgamento com tranquilidade, com a mesma tranquilidade que eu sinto e trato esse assunto, vou iniciar na tarde de hoje uma série de solicitações oficiais, unicamente com a intenção de que se dúvidas possam existir, sejam as mesmas dirimidas, porque a mim não interessa particularmente se existe ou não falta de vacinas na Secretaria de Saúde Pública, se foram ou não roubadas, se foram ou não vacinadas crianças no bairro que a imprensa citou, se a vacina é quente ou fria, se é trazida no gelo ou no balde.

Nada sei, mas saberei para trazer de público a verdade que está muito carente nos últimos dias no meio da imprensa escrita e falada de nosso Estado.

Vou ler o seguinte pedido de informações: (Lê)

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Secretário de Saúde Pública o seguinte Pedido de Informações:

1.º — Quantas doses de vacinas contra meningite, foram adquiridas na paratua que a imprensa noticiou como tendo sido roubadas?

2.º — Qual a contagem das referidas vacinas feitas pela Comissão de Inquérito juntamente com a D.O.P.S., e se verificou falta de alguma dose?

3.º — Quantos aparelhos do tipo Fed-o-Jet dispõe a Secretaria de Saúde, e se há falta de algum?

4.º — Se a Secretaria de Saúde Pública é, seguramente, o único órgão possuidor, no Paraná, desse tipo de aparelho de pressão para vacinar?

5.º — Se houve vacinação anti-meningite o ano passado, pela Secretaria, em que localidade e qual a procedência da vacina?

Saia das Sessões, em 1.º de outubro de 1974.

(a) — Quielise Crisóstomo".

Sr. Presidente, é surpreendente o que temos lido pela imprensa, mas hoje ultrapassou os limites. A mim não interessa que divulguem notícias sem provas, porque não estou interessado em saber de que lado está a verdade, mas o que admira é que as notícias oscilem a cada minuto de cada dia. Os mesmos vespertinos, matutinos e canais de TV noticiam e desnoticiam. A verdade é que a imprensa não sabe e também não sei, mas a imprensa deve ter um pouco mais de prudência.

Os Srs. Deputados e o povo do Paraná estão conscientes de que as calúnias foram dirigidas a um homem só, este que vos fala. Pretendia deixar que fossem mais além, para ver até onde teriam coragem de ir. Mas hoje citaram o nome de meu irmão, homem que tudo tem feito para bem servir o povo paranaense, homem que tem dedicado sua vida com carinho e devoção a bem servir, e estão pretendendo envolvê-lo.

Então vou iniciar hoje uma série de solicitações, não com a intenção de defender meu nome, que por si só é defensável, meu nome que fiz nesta cidade, neste Estado, pela minha vida modesta, é verdade, mas muito séria e bem vivida, vida que todos vocês não de saber, aqueles que não a conhecem faço questão de fazer um relato, desde a história do meu nascimento até o dia de hoje e haverei de relatar com orgulho todos os fatos de minha história, da história de minha vida, sem me preocupar com fatos que não de vir. Quero ajudar a imprensa que está precisando de ajuda, porque sinto que nestes últimos dias está perturbada. Vou ajudá-la. Esta é minha intenção neste meu primeiro dia que falo sobre esta matéria. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 285/73, de autoria do Dep. Antônio Lopes Júnior, que declara de Utilidade Pública o Serviço de Obras Sociais de Guarapuava "S.O.S.", com sede na cidade de Guarapuava. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 88/74, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que declara de Utilidade Pública a Fundação Casa do Adolescente, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 34/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 163/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando o Estabelecimento do Sistema Nacional da Vigilância Epidemiológica. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 212/73, de autoria do Dep. Gilberto Carvalho, que dispõe sobre a transferência de área territorial de um para outro Município, desde que se comprove benefícios para a respectiva área e o município remanescente não perca os requisitos exigidos pela Lei Federal e das outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 78/74, de autoria do Dep. Jorge Sato, que acrescenta ao artigo 59 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, o parágrafo que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 22/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 112/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério de Planejamento e Coordenação Geral, com intervenção de Órgãos que especifica, visando a execução do Programa Paranaense de Treinamento de Executivos. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.A.I.C. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 22/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Ministério de Planejamento e Coordenação Geral com a intervenção da Universidade Federal do Paraná, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, da ACARPA — Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, visando a execução do Programa Paranaense de Treinamento de Executivos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Erondy Silvério — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

A PROPOSIÇÃO N.º 112/74 — Mensagem Governamental n.º 23/74

1 — A proposição ora em exame constitui-se da Mensagem Governamental n.º 23/74, encaminhando a este Poder, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Ministério de Planejamento e Coordenação Geral com a intervenção da Universidade Federal do Paraná, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, da ACARPA — Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, visando a execução do Programa Paranaense de Treinamento de Executivos.

2 — O Senhor Chefe do Poder Executivo, através da Mensagem n.º 23/74, exercitou a competência que lhe é deferida pelo artigo 47, inciso IX, da Constituição do Estado, cabendo a este Poder Legislativo referendá-lo na forma do artigo 22, inciso VII, da mesma Constituição, o que fazemos na forma do Projeto de Resolução anexo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de julho de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Erondy Silvério — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 22/74

P A R E C E R

Submete-se à deliberação desta Comissão, Projeto de Resolução oriundo da Proposição n.º 112/74, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério de Planejamento e Coordenação Geral com a intervenção da Universidade Federal do Paraná, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, da ACARPA — Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, visando a execução do Programa de Treinamento de Executivos.

No âmbito desta Comissão, ou seja o aspecto financeiro, não se insurge nenhuma óbice que se possa anteopor à tramitação normal do Projeto.

Assim sendo, opino pelo ACOLHIMENTO do Projeto para ulterior tramitação regimental.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1974.

Quielise Cristóvão — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 22/74

AUTOR: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

I — O presente Projeto de Resolução, ex-Proposição 112/74, oriundo da Mensagem Governamental n.º 23/74, de autoria da douda Comissão de Constituição e Justiça, objetiva obter a aprovação do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, com intervenção de Órgãos que especifica, visando a execução do Programa de Treinamento de Executivos.

II — A iniciativa de lei vem articulada e justificada, de acordo com o que determina o Regimento Interno.

III — Quanto a sua oportunidade nada há a opor, julgamos o projeto preconizado de alto alcance social, e sem óbices, portanto nosso parecer é pela sua aprovação.

PARECER FAVORÁVEL, POIS.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegível)

MENSAGEM

23/74

Curitiba, 2 de maio de 1974

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério de Planejamento e Coordenação Geral com a intervenção da Universidade Federal do Paraná, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, da ACARPA — Associação de Crédito e As-

sistência Rural do Paraná e o Instituto Paranaense de Assistência Gerencial, visando a execução Programa Paranaense de Treinamento de Executivos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

EMÍLIO GOMES

Governador do Estado

CONVÊNIO que entre si fazem o MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL e o PROGRAMA PARANAENSE DE TREINAMENTO DE EXECUTIVOS, com a intervenção da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, da FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ, da ACARPA — ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO PARANÁ e do INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL.

O MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, conforme delegação de poderes contida na Portaria n.º 36 de 29 de maio de 1973 e Portaria n.º 74 de 16 de outubro de 1973, no ato representado pelo Dr. Henrique Flanzer, Presidente do Conselho Diretor do Programa Nacional de Treinamento de Executivos, doravante denominado PNTE e o PROGRAMA PARANAENSE DE TREINAMENTO DE EXECUTIVOS, criado pelo Decreto Estadual do Paraná n.º 5.061 de 20-02-74, com sede à Rua Vicente Machado, 445 — 3.º andar, em Curitiba (PR), doravante denominado EXECUTOR, aqui representado pelo Presidente do Conselho Administrativo, Dr. Ivo Simas Moreira, considerando a autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente da República contida na Exposição de Motivos n.º 059-B de 2 de maio de 1973, bem como a alínea IV do Art. 4.º da Portaria n.º 36 acima aludida, e tendo em vista a necessidade de regular a aplicação de recursos do PNTE, do EXECUTOR e dos intervenientes, a seguir nomeados, em Projetos de Treinamento e Pesquisas, a ser desenvolvido pelo EXECUTOR, em articulação com os seguintes intervenientes: Universidade Federal do Paraná, a seguir denominada UFF, aqui representada pelo seu Magnífico Reitor Professor Theodócio Jorge Atherino, sita à Rua Marechal Deodoro, n.º 450, 14.º andar, em Curitiba-PR.; Federação da Agricultura do Estado do Paraná, a seguir denominada FAEP, sita à Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 450, 14.º andar aqui representada pelo seu Presidente, Sr. Mário Stadler de Souza; Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, a seguir denominada ACARPA, sita à Rua dos Funcionários, 558, em Curitiba-PR, aqui representada pelo seu Presidente José Cassiano Gomes dos Reis Junior; Instituto Paranaense de Assistência Gerencial, a seguir denominado IPAG, sito à Rua José Loureiro, 464, 10.º andar, Curitiba-PR, aqui representado pelo seu Diretor-Presidente, Dr. Edgar Ribeiro de Meneses; resolvem estabelecer o presente Convênio sob as cláusulas a seguir.

CLAUSULA I

Atribuições das Partes Convenientes

A fim de que sejam atingidos os objetivos do PPTE, é atribuído a cada uma das partes o seguinte:

1 — O MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL propõe-se, por intermédio do PNTE, a entregar ao EXECUTOR, recursos provenientes do Fundo de Áreas Estratégicas, à conta dos recursos destacados para o PNTE, para o exercício de 1974, até o montante de Cr\$ 3.107.200,00 (três milhões, cento e sete mil e duzentos cruzeiros) que serão desembolsados, mensalmente, conforme cronograma financeiro aprovado pelo PNTE e que deste Convênio fazendo parte como se transcreve.

2 — Ao EXECUTOR, além de prover recursos no valor de Cr\$ 1.030.100,00 (um milhão, trinta mil e cem cruzeiros) durante o ano de 1974, em parcelas mensais, constantes do cronograma financeiro citado, caberá coordenar as atividades dos projetos apresentados ao PNTE, em janeiro do corrente ano, e que deste Convênio ficam fazendo parte como se transcrevem, promoverá a execução financeira dos mesmos e criará um Fundo Especial destinado ao desenvolvimento de programas futuros. Os recursos do referido Fundo advirão da receita aprovada na cobrança de taxas de inscrição para os cursos.

3 — Aos INTERVENIENTES competirá:

3.1 — UFF — Colaborar, dentro dos limites e de suas possibilidades, com Recursos Humanos e facilidades físicas e didáticas, bem como na execução do Projeto "2", de Pesquisas, designando Coordenadores, submetendo seus "currícula vitae" a aprovação do EXECUTOR, mediante decisão do PNTE.

3.2 — FAEP — Além de prover recursos no valor de Cr\$ 138.600,00 (cento e trinta e oito mil e seiscentos cruzeiros), colaborará com Recursos Humanos e facilidades físicas e didáticas, e coordenará a execução do Projeto "1" — Seminários de Motivação, a ser desenvolvido com o apoio da ACARPA.

3.3 — IPAG — Além de prover recursos no montante de Cr\$ 294.600,00 (duzentos e noventa e quatro mil e seiscentos cruzeiros), fornecerá Recursos Humanos e facilidades físicas e didáticas, para desenvolvimento do Projeto "4", no treinamento a empresários industriais, conforme proposta constante do Projeto acima aludido.

3.4 — ACARPA — Atuando em conjunto com a FAEP, colaborará fornecendo Recursos Humanos e facilidades físicas e didáticas, para a consecução dos objetivos do projeto "1".

CLAUSULA II

Os recursos a serem entregues pelo PNTE serão liberados de acordo com cronograma financeiro apresentado pelo EXECUTOR e aprovado pelo PNTE, visando a complementação do custeio dos Projetos acima mencionados, composto de seminários de motivação, cursos de curta e média duração, destinados aos empresários, e a produção de material didático.

CLAUSULA III

1 — Os recursos serão sempre liberados mediante solicitação do EXECUTOR consoante as disposições fixadas, ou que vierem a ser fixadas pelo PNTE, para a execução orçamentária e os objetivos descritos no projeto elaborado pelo EXECUTOR.

2 — A utilização dos recursos será efetuada pelo EXECUTOR que os contabilizará em conta própria.

3 — Os recursos arrecadados pelo EXECUTOR a título de taxas e aqueles a serem entregues pelo Governo do Estado do Paraná serão contabilizados com os recursos do PNTE e constituirão Fundo Especial do EXECUTOR para assegurar a continuidade do projeto para o ano de 1975 e seguintes.

CLAUSULA IV

Dentro dos critérios e normas a serem estabelecidos pelo PNTE, o EXECUTOR firmará, quando solicitado, aditivos ao presente Convênio, com a finalidade de regular os desembolsos bem como a utilização e escrituração dos recursos.

CLAUSULA V

O EXECUTOR e os Intervinentes se comprometem, quando solicitados, a cooperar na formulação, análise e execução de projetos de interesse do PNTE, permitindo ao mesmo a permanente fiscalização quanto aos aspectos técnicos e financeiros relativos ao PPTE.

CLAUSULA VI

Os materiais didáticos produzidos em decorrência de execução dos Projetos, objeto deste Convênio, tais como, apostilas, casos de estudo e manuais, e audiovisuais, poderão ser difundidos pelo PNTE com vistas a sua divulgação em âmbito nacional.

CLAUSULA VII

1 — Caberá ao EXECUTOR entregar ao PNTE Relatório Trimestral incluindo análise e recomendações dos trabalhos realizados, segundo os termos deste Convênio além do Relatório Final, a ser entregue ao PNTE até 15 de janeiro de 1975.

2 — O PNTE poderá suspender a entrega de recursos, se o EXECUTOR até 15 (quinze) dias após o vencimento dos prazos aqui previstos ou estabelecidos, deixar de apresentar os Relatórios a que se refere esta Cláusula.

CLAUSULA VIII

1 — Os gastos efetuados com os recursos de que trata o presente Convênio serão objeto de prestação de contas ao PNTE e à Inspetoria Geral de Finanças do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, doravante denominada INSPETORIA, obrigando-se o EXECUTOR a apresentar, por solicitação do PNTE, demonstrações periódicas de utilização dos recursos.

2 — As disposições do item anterior não desobrigam o EXECUTOR das prestações de contas a que está obrigado por força da Lei.

3 — Caberá ainda ao EXECUTOR, apresentar ao PNTE, independentemente de qualquer solicitação quando couber, cópia dos certificados das prestações de contas mencionadas no item 2 acima, relativamente aos recursos recebidos por força deste Convênio.

4 — No caso de não utilização pelo EXECUTOR dos recursos recebidos por força deste Convênio o saldo deverá ser por ele recolhido ao PNTE com prazo a ser por este determinado, salvo se ficar acordado novo prazo para sua utilização.

CLAUSULA IX

Os recursos de que trata este Convênio serão depositados em conta vinculada PNTE/PPTE, no Banco do Brasil S/A, Agência de Curitiba, PR, a partir da data de publicação deste Convênio no Diário Oficial da União, de conformidade com o orçamento de Execução Financeira do EXECUTOR.

CLAUSULA X

O Projeto apresentado pelo EXECUTOR ao PNTE, neste ato, rubricado pelos Intervinentes, atesta o conhecimento e a concordância dos mesmos que se obrigam a executá-lo na forma em que foi proposto.

CLAUSULA XI

As partes convenientes se obrigam a firmar aditivos a este Convênio em decorrência de alterações ditadas por disposições legais e regulamentares supervenientes.

E por assim se acharem convenionados, mandaram datilografar o presente instrumento em 1 (uma) via para um só efeito a qual depois de lida, será assinada pelos representantes do PNTE, EXECUTOR e INTERVENIENTES e pelas testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro,

(a) Henrique Flanzer — Programa Nacional de Treinamento de Executivos — PNTE

(a) Ivo Simas Moreira — Presidente do Conselho Administrativo do PPTE

(a) Mário Stadler de Souza — Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná

(a) (Ass. Ilegível) — p.p. Theodócio Jorge Atherino — Reitor da Universidade Federal do Paraná

(a) Edgar Ribeiro de Meneses — Diretor-Presidente do Instituto Paranaense de Assistência Gerencial — IPAG

(a) José Cassiano Gomes dos Reis Junior — Presidente da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná

Testemunhas:

(Ass. Ilegíveis)

Senhor Governador:

Tenho a honra de acusar o recebimento da Mensagem de Vossa Excelência, sob o n.º 23/74, de 02 do corrente, acompanhada de cópia autêntica de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério de Planejamento e Coordenação Geral com a intervenção da Universidade Federal do Paraná, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, da ACARPA — Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná e o Instituto Paranaense de Assistência Gerencial, visando a execução Programa Paranaense de Treinamento de Executivos, cujo plano de lei foi devidamente encaminhado nesta Casa.

Reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e distinta consideração.

(a) JOÃO MANSUR — Presidente

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 270/73, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que declara de utilidade pública a "Loja Maçônica Fátima e Caridade", da cidade de Nova Fátima. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 270/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a LOJA MAÇÔNICA FÁTIMA E CARIDADE, sediada em Nova Fátima.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1973.

(a) Gabriel Manoel

JUSTIFICATIVA:

O Projeto que ora submetemos à apreciação dos nobres Pares, visa declarar de utilidade pública, uma entidade sediada em Nova Fátima, com finalidades filantrópicas, visando exclusivamente servir desinteressadamente à coletividade, principalmente os menos favorecidos pela sorte, já tendo inclusive no âmbito municipal recebido a declaração de utilidade pública, pelos relevantes serviços prestados àquela região.

Preenchendo todos os requisitos da Lei pertinente à matéria, está, portanto, em condições de receber o necessário apoio e posterior aprovação desta Casa.

(Ass. Ilegíveis)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 270/73

1 — Visa o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Gabriel Manoel, declarar de utilidade pública a Loja Maçônica Fátima e Caridade, com sede e foro na cidade de Nova Fátima.

2 — Examinando o Estatuto da referida entidade, constatamos que a mesma preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública.

3 — Face ao exposto, não vemos qualquer impedimento, tanto de ordem legal ou constitucional, daí nosso parecer é pela APROVAÇÃO da proposição ora em exame.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1974.

Paulo Poli — Presidente

Nelson Buffara — Relator

(Ass. Ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 270/73

PARECER

Submete-se à deliberação desta Comissão, Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel, declarando de Utilidade Pública a LOJA MAÇÔNICA FÁTIMA E CARIDADE, sediada em Nova Fátima.

Referida Proposição já foi motivo de exame por parte da Douta Comissão de Constituição e Justiça, onde recebeu parecer favorável.

Quanto ao aspecto financeiro, motivo de exame por parte desta Comissão, não há nenhum óbice que se insurja à tramitação normal do Projeto, pelo que opino pelo ACOLHIMENTO da medida.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1974.

Quielise Crisóstomo — Presidente

Alvaro Dias — Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 58/74, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Curitiba, viatura Willys Rural, ano 1966 e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 58/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de Curitiba a viatura de placa n.º CE. 21-11, ano 1966, marca Willys Rural, certificado n.º 428922, pertencente a Secretaria de Saúde Pública e que se encontra prestando serviços àquela Município.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1974.

(a) Gabriel Manoel

JUSTIFICAÇÃO:

A viatura objeto da presente doação além de se encontrar integrada nos serviços sanitários do Município, necessita de reparos gerais, de modo que ao Estado é conveniente transferi-la à Municipalidade em questão, por motivo da mesma achar-se em estado inservível.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO

Projeto de Lei n.º 58/74

Autor: Deputado Gabriel Manoel

NO MÉRITO

Tratando-se de mera autorização legislativa, que não fere qualquer preceito de ordem legal, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente.

Wilson Fortes — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO

Projeto de Lei n.º 53/74

I) — O Projeto já recebeu aprovação da Comissão de Constituição e Justiça.

II) — Quanto ao aspecto financeiro, atribuição conferida a esta Comissão para opinar, nada existe que possamos antepor ao Projeto. Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 06-06-74.

Quielise Crisóstomo — Presidente.

Antônio Lopes Júnior — Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a moça, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação de Redação Final para os Projetos de Lei n.ºs. 233/68, 47, 64, 91, 115 e 116/74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando seja incluído na Ordem do Dia, o Projeto de Lei n.º 276/73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 94/74. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, no sentido de que se digne providenciar, com urgência, reformas que se fazem necessárias no prédio onde funciona a Escola estadual, na localidade de Condição, Município de Cruz Machado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor Presidente da COPEL, no sentido de que se digne determinar seja estendida energia elétrica no povoado de Porto Almeida, localizado no Município de União da Vitória. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, no sentido de que sejam procedidos urgentes reparos no prédio onde funciona a Escola estadual localizada em Vila Zulmira, Município de União da Vitória. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso à Federação Paranaense de Futebol de Salão, que está promovendo, com grande sucesso, a 2.ª Taça Paraná de Futebol de Salão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente, solicitando voto de louvor e regozijo pela eleição do Dr. Alvir Riesenberger, para membro da Academia Paranaense de Letras. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, solicitando seja endereçado ofício ao Sr. Henrique Simonsen, Ministro da Fazenda, no sentido de que sejam utilizados os melhores esforços objetivando encontrar uma breve solução que propicie a franca comercialização da madeira. — Em discussão.

O SR. EMÍLIO CARAZZAI — Sr. Presidente, peça a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão do Requerimento para o final da Ordem do Dia da próxima Sessão, de acordo com o Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja determinado ao Departamento de Estradas de Rodagem, a pronta recuperação asfáltica da Rodovia que liga Londrina a Maringá, no trecho em que ela adentra o perímetro urbano da cidade de Cambé. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quilse Crisóstomo, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado Pedido de Informações ao Sr. Secretário de Saúde Pública. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando que a Mensagem n.º 62/74, propondo a constituição e organização da Paraná Radiodifusão S. A., seja devolvida ao Executivo, ao menos para reformulação jurídica, para que volte em condições de ser apreciada, se assim achar conveniente e, requer ainda seja encaminhado apelo ao Sr. Governador para que, na hipótese de fazer o processo ser reformulado e reapresentado, desista das prerrogativas do artigo 25 da Constituição Estadual, permitindo, assim, que esta Assembléia debata com liberdade e cuidado assunto que certamente irá gerar controvérsias de repercussão nacional. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando outra para amanhã, dia 3, quinta-feira, às 10.00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Esta Presidência convoca uma Sessão Solene para amanhã, às 15.00 horas, para a eleição do Governador do Estado e do Vice-Governador.

Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 169.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 3 de Outubro de 1974 - (Quinta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Borsari Neto.

As 9.30 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — David Federmann — Aguiinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Marciano Baranluk — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (35); achando-se ausentes os Srs. Deputados Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Emílio Carazzai — Fabiano Braga Côrtes — Iris Caldart — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruct — Ovidio Franzoni — Quilse Crisóstomo e Wilson Brandão (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 35 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 183/74, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 15/74, de autoria do Dep. Borsari Neto, que autoriza o Poder Executivo incluir a série de Classes de Técnico de Administração Tributária, na Tabela n.º 1 da Lei n.º 6.212, de 9-8-71, retroagindo consequentes efeitos financeiros. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, convocando outra para a próxima terça-feira, dia 8 de outubro, às 14.00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 35/74.
Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 170.ª Sessão Ordinária Realizada em 3 de Outubro de 1974 - (Quinta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Borsari Neto.

As 10.00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — David Federmann — Aguiinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Marciano Baranluk — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (35); achando-se ausentes os Srs. Deputados Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Emílio Carazzai — Fabiano Braga Côrtes — Iris Caldart — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruct — Ovidio Franzoni — Quilse Crisóstomo e Wilson Brandão (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura da seguinte
E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

- de autoria do Senhor Deputado Borsari Neto, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 98/74.
- de autoria do Senhor Deputado Borsari Neto, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 80/74.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviado apelo ao Senhor Diretor Presidente da COPEL, no sentido de que aquela Companhia de Energia Elétrica estude a viabilidade de extensão da rede de energia elétrica do Distrito de Vera Guarani ao Distrito de São Roque, ambos no Município de Paulo Frontim.

Justifica-se o presente Requerimento, Senhor Presidente, já que o Distrito de São Roque peca no seu desenvolvimento, pela falta da energia elétrica. Qualquer atividade industrial, por menor que seja, para sua consecução na região terá que se valer dos antiquados locomóveis ou de geradores diesel. O atendimento da COPEL, para o assunto em tela em muito beneficiaria o Distrito de São Roque, que atualmente se vê privado daquilo que está a merecer a muito tempo.

Sala das Sessões, em 3 de outubro de 1974.

(a) — Domício Scaramella

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da TELEPAR, no sentido de que seja instalado um Posto Telefônico no Distrito de Campo Bonito, Município de Guaraniáçu.

Sala das Sessões, em 3 de outubro de 1974.

(a) — Antônio Costa

JUSTIFICATIVA:

A medida que ora está sendo tomada, é pelo fato de Campo Bonito ser o maior Distrito de Guaraniáçu, de onde sai a maior produção agrícola do Município, aonde existem escolas e grande número de serrarias. Distância apenas 20 kms. da sede e por incrível que pareça, ainda está carente de qualquer meio de comunicação.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 161/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Pensão Mensal

no valor de Cr\$ 100 00 (cem cruzeiros), à viúva Carmem de Azevedo Marques Mello.

Art. 2.º — A despesa decorrente da presente Lei correrá à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sela das Sessões, em 3 de outubro de 1974.

(a) — Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

Dona Carmem de Azevedo Marques Mello, foi professora no Município de São João da Serra, desde 1940 alfabetizou crianças e adultos, sem que, para tal fim, nunca recebeu qualquer pagamento pelos cofres públicos estadual ou Municipal.

Pelo alto sentido humano, é de inteira justiça a concessão da Pensão Mensal à beneficiária. Desta forma, estar-se-á minorando sua situação financeira. Em face de tais considerações, esperamos o devido apoio e aprovação do Projeto de Lei proposto.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Com a palavra o Sr. Domicio Scaramella, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, deparamos aqui com uma notícia publicada a respeito de Guarapuava.

Apresentarei esta sugestão para que conste da Ata dos trabalhos da Sessão, porque o problema é de grande interesse do Paraná e tenho a honra de fazer a leitura do apelo do Prefeito de Guarapuava: (12):

"Guarapuava fala de crise madeireira.

Com a estagnação do mercado madeireiro e a falta de colocação do produto no mercado interno está se gerando uma crise em Guarapuava. Há quatro meses o problema vem sendo sentido, "desde que o Governo fechou a exportação de madeira e além de tudo, o mercado interno está abalado pela contenção de crédito". Com isso, as empresas (cerca de 200) instaladas em Guarapuava, "estão tomando medidas de contenção de gastos; reduzindo sua produção e em consequência disso, um fato grave: o desemprego. Segundo o Prefeito Nivaldo Krüger, "a crise, por enquanto afeta mais a área empresarial, que procura contornar o problema para que não venha atingir, em massa, seus empregados". Como alerta às autoridades, enviou, recentemente, telegramas ao Presidente da Federação das Indústrias do Estado e aos Ministros da Fazenda e do Trabalho no sentido de que sejam tomadas providências urgentes, "capaz de aliviar a situação".

Medidas

É de 60 por cento a participação do setor madeireiro na renda do Município (os restantes 40% ficam com o comércio e a agricultura) e é por isso que medidas urgentes estão sendo pleiteadas, como o desafogo financeiro, através de financiamento aos estoques existentes. "A medida definitiva — diz Nivaldo Krüger — será a abertura da exportação, numa proporção que não venha prejudicar o mercado interno". Outra solução poderia partir do próprio IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) e através de um controle de toda a produção de madeira; capacidade de consumo; de exportação, "controle este que poderia ser feito através de contatos com as classes empresariais, já que é o IBDF o órgão que autoriza a instalação de novas indústrias e tem o controle das serrarias existentes".

Consequências

Além do desemprego existem outras consequências também graves, segundo o Prefeito Nivaldo Krüger: "De uma atividade puramente extrativa, o setor madeireiro vinha evoluindo e aperfeiçoando o setor da exploração através da aquisição de equipamentos modernos; do beneficiamento do produto, o que dava à indústria, até então primária, uma estrutura mais evoluída. Com a crise o empresário começou a se retrair, e as oscilações do mercado trouxeram desânimo ao empresário e justamente numa hora em que a indústria, de nômade, transitória, se preparava para se tornar permanente".

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não há mais oradores inscritos. Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Fossa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apreciado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 233/68, que cria no Município de Cianorte, o Distrito Administrativo e Judiciário de Vidigal. — Apreciado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 47/74, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a "Sociedade Operária Beneficente Lúndia", com sede nesta Capital. — Apreciado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 64/74, que dá nova redação ao Art. 1.º da Lei n.º 6.531, de 2 de abril de 1974. — Apreciado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 91/74, que declara de Utilidade Pública a "Sociedade Religiosa Seicho-No-Ie do Brasil", com sede e foro na Capital do Estado de São Paulo. — Apreciado.

Os demais Projetos constantes da Ordem do Dia, os de nrs. 115/74 e 116/74, com o decurso de prazo para apreciação pela Assembléia, já foram promulgados pelo Sr. Governador do Estado. Assim, a Mesa determina seus arquivamentos. Os referidos Projetos de Lei, transformados em Lei, receberam os números 6.617 e 6.618 e, foram publicados no Diário Oficial de 1.º de outubro de 1974.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 80/74. — Apreciado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 98/74. — Apreciado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que seja instalado um posto telefônico no Distrito de Campo Bonito, Município de Guaraniáçu. — Apreciado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Diretor Presidente da COPEL, no sentido de que aquela Companhia de Energia Elétrica estude a viabilidade de extensão da rede de energia elétrica do Distrito de Vera Guarani, ao Distrito de São Roque, ambos no Município de Paulo Frontim. — Apreciado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente de Sessão anterior, com a sua discussão adiada, de acordo com o Regimento Interno, solicitando seja endereçado ofício ao Sr. Ministro da Fazenda no sentido de que sejam utilizados os melhores esforços objetivando encontrar breve solução que propicie a franca comercialização da madeira. — Apreciado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando outra para terça-feira, dia 8, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 34/74 e de Lei nrs. 212/73, 78/74;

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 22/74 e de Lei nrs. 270/73, 58/74;

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 259/73, 16/74, 94/74, 99/74.

A Mesa lembra aos Srs. Deputados que hoje, às 15.00 horas, haverá uma Sessão Especial, quando então se procederá a eleição do futuro Governador do Estado.

Levanta-se a Sessão.